



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffs.edu.br

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 27/2018

Processo nº 23205.002006/2018-58

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de desinsetização, desratização, desalojamento de infestações e limpeza de caixas d'água, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas, inclusive as encaminhadas pelos órgãos e entidades participantes (quando for o caso), estabelecidas neste instrumento:

Grupo	Item	Especificação Técnica	Qtd	Unid	Valor Unit. (R\$)	Valor Total (R\$)
Grupo 1: CONTROLE DE PRAGAS - CHAPECÓ						
1	1	Desinsetização: Aplicação de inseticidas específicos nas áreas internas e externas às instalações. Nas áreas internas de cada instalação predial, o procedimento deve ser feito com a aplicação de inseticidas em praticamente todos os espaços e superfícies como chão e paredes, evitando-se direcionar para as superfícies de mesas, cadeiras, equipamentos eletrônicos e outros objetos. A aplicação pode ser feita com uso de atomizadores costais. Nas áreas externas de cada instalação predial, o procedimento deve ser	2	SR	4.863,78	9.727,56

		feito (se necessário) com a aplicação de inseticidas somente em pontos específicos como cantos, rodapés, paredes, janelas, a critério de avaliação. Nas áreas próximas, que não a instalação em si, deve-se limitar o uso de inseticidas apenas em posições localizadas. O serviço ainda inclui a aplicação de inseticidas, iscas, armadilhas, para diversos insetos em áreas mais pontuais. Em linhas gerais pode-se citar as seguintes insetos: baratas, moscas, mosquitos, mosquitos e larvas da dengue, besouros, cupins, traças, formigas e pulgas, joaninhas, percevejos. Aracnídeos: aranhas, escorpiões e carrapatos. A qualquer tempo, dentro do período de 6 meses da garantia, a Universidade poderá contatar a empresa, caso perceba a presença de alguma praga, a fim de que seja feito um reforço no serviço executado. A contratada deve utilizar produtos reconhecidos e licenciados pelo Ministério da Saúde, mão de obra qualificada, equipamentos de proteção individual. A empresa deverá fornecer Relatório do Serviço e Certificado. Serviço realizado com 6 meses de garantia. CHAPECÓ: Bom pastor, 4.928,53m ² , - Biblioteca, 7.769,68m ² , Bloco A, 4.925,06m ² , - Bloco B, 4.925,06m ² , - Laboratórios didáticos 1, 2, 3, e 4, área total dos laboratórios: 4.602,04m ² . - Central de Reagentes, 106,24m ² , moinho 60,00m ² . Bloco dos professores, 4.109,43m ² . – Galpão das áreas experimentais, 517,16m ² . – Central de resíduos, 66,33m ² . A área total interna é de aproximadamente 27.021,00m².				
1	2	Controle de roedores: A empresa contratada realizará inspeção nas áreas, identificação das espécies encontradas, definição das áreas críticas de controle. Planejamento das áreas e locais específicos, aplicação de armadilhas e rodenticidas nas doses necessárias. Caso necessário, a empresa deverá fornecer armadilhas e rodenticidas para a UFFS. A empresa realizará o monitoramento bimestral, emitindo relatório deverá ser entregue em via impressa na Assessoria de Infraestrutura e Gestão Ambiental do Campus. Serviço com 2 meses de garantia. Espaços em CHAPECÓ: Piso técnico da Biblioteca: 60m ² , Cantina do Bloco A, 150m ² , Galpão das áreas experimentais, 517,16m ² . – Central de resíduos, 66,33m ² , Sala dos terceirizados no Bom Pastor: 300m ² . A área total é de aproximadamente 1.093,49m².	6	SR	568,61	3.411,69
1	3	Desalojamento de pragas: Caso necessário a empresa deverá realizar o desalojamento de insetos e animais, como vespas, morcegos, pombos, pardais, dentre outros. Em qualquer tempo durante a duração do contrato, a Universidade poderá contatar a empresa em caso de infestação para que faça o desalojamento ou tome as devidas providências a fim de normalizar a situação. Quantidade mínima, 515,37m ² correspondente ao barracão das áreas experimentais. O pagamento dos serviços será feito a partir da entrega dos relatórios e ou certificados referentes a cada local onde foi prestado o serviço proporcional ao preço da área do contrato.	1	SR	907,05	907,05
Total para CONTROLE DE PRAGAS : CHAPECÓ					R\$ 14.046,30	

Grupo 2: CONTROLE DE PRAGAS - CERRO LARGO

2	4	<p>Desinsetização: Aplicação de inseticidas específicos nas áreas internas e externas às instalações. Nas áreas internas de cada instalação predial, o procedimento deve ser feito com a aplicação de inseticidas em praticamente todos os espaços e superfícies como chão e paredes, evitando-se direcionar para as superfícies de mesas, cadeiras, equipamentos eletrônicos e outros objetos. A aplicação pode ser feita com uso de atomizadores costais. Nas áreas externas de cada instalação predial, o procedimento deve ser feito (se necessário) com a aplicação de inseticidas somente em pontos específicos como cantos, rodapés, paredes, janelas, a critério de avaliação. Nas áreas próximas, que não a instalação em si, deve-se limitar o uso de inseticidas apenas em posições localizadas. O serviço ainda inclui a aplicação de inseticidas, iscas, armadilhas, para diversos insetos em áreas mais pontuais. Em linhas gerais pode-se citar as seguintes insetos: baratas, moscas, mosquitos, mosquitos e larvas da dengue, besouros, cupins, traças, formigas e pulgas, joaninhas, percevejos. Aracnídeos: aranhas, escorpiões e carrapatos. A qualquer tempo, dentro do período de 6 meses da garantia, a Universidade poderá contatar a empresa, caso perceba a presença de alguma praga, a fim de que seja feito um reforço no serviço executado. A contratada deve utilizar produtos reconhecidos e licenciados pelo Ministério da Saúde, mão de obra qualificada, equipamentos de proteção individual. A empresa deverá fornecer Relatório do Serviço e Certificado.</p> <p>Serviço realizado com 6 meses de garantia.</p> <p>CERRO LARGO - Espaços: Ginásio de esportes, 1.229,28m²- Seminário, 4.163,54m². - Bloco A, 4.925,06m², - Laboratórios didáticos 1, 2, 3, área total dos laboratórios: 3.451,53m². - Central de Reagentes, 106,24m². Bloco dos professores, 2.522,74m². - Galpão das áreas experimentais, 517,16m². - Central de resíduos, 66,33m². A área total interna é de aproximadamente 16.981,88m².</p>	2	SR	3.056,74	6.113,48
2	5	<p>Controle de roedores: A empresa contratada realizará inspeção nas áreas, identificação das espécies encontradas, definição das áreas críticas de controle. Planejamento das áreas e locais específicos, aplicação de armadilhas e rodenticidas nas doses necessárias. Caso necessário, a empresa deverá fornecer armadilhas e rodenticidas para a UFFS. A empresa realizará o monitoramento bimestral, emitindo relatório deverá ser entregue em via impressa na Assessoria de Infraestrutura e Gestão Ambiental do Campus.</p> <p>Serviço com 2 meses de garantia. O pagamento dos serviços será feito a partir da entrega dos relatórios e ou certificados referentes a cada local onde foi prestado o serviço proporcional ao preço da área do contrato.</p> <p>- Quantidade mínima igual a 150m² correspondente a cantina do bloco A do campus. Espaços em CERRO LARGO: Seminário, 4.163,54m². - Cantina do Bloco A, 150m², - Galpão das áreas experimentais, 517,16m². - Central de resíduos, 66,33m². A área total é de aproximadamente 4.897,03m².</p>	6	SR	2.546,46	15.278,73
2	6	Desalojamento de pragas: Caso necessário a empresa deverá	1	SR	907,05	907,05

		realizar o desalojamento de insetos e animais, como vespas, morcegos, pombos, pardais, dentre outros. Em qualquer tempo durante a duração do contrato, a Universidade poderá contatar a empresa em caso de infestação para que faça o desalojamento ou tome as devidas providências a fim de normalizar a situação. Quantidade mínima, 515,37m ² correspondente ao barracão das áreas experimentais. O pagamento dos serviços será feito a partir da entrega dos relatórios e ou certificados referentes a cada local onde foi prestado o serviço proporcional ao preço da área do contrato.				
Total para CONTROLE DE PRAGAS : CERRO LARGO						R\$ 22.299,26

Grupo 3: CONTROLE DE PRAGAS - ERECHIM

3	7	<p>Desinsetização: Aplicação de inseticidas específicos nas áreas internas e externas às instalações. Nas áreas internas de cada instalação predial, o procedimento deve ser feito com a aplicação de inseticidas em praticamente todos os espaços e superfícies como chão e paredes, evitando-se direcionar para as superfícies de mesas, cadeiras, equipamentos eletrônicos e outros objetos. A aplicação pode ser feita com uso de atomizadores costais. Nas áreas externas de cada instalação predial, o procedimento deve ser feito (se necessário) com a aplicação de inseticidas somente em pontos específicos como cantos, rodapés, paredes, janelas, a critério de avaliação. Nas áreas próximas, que não a instalação em si, deve-se limitar o uso de inseticidas apenas em posições localizadas. O serviço ainda inclui a aplicação de inseticidas, iscas, armadilhas, para diversos insetos em áreas mais pontuais. Em linhas gerais pode-se citar as seguintes insetos: baratas, moscas, mosquitos, mosquitos e larvas da dengue, besouros, cupins, traças, formigas e pulgas, joaninhas, percevejos. Aracnídeos: aranhas, escorpiões e carrapatos. A qualquer tempo, dentro do período de 6 meses da garantia, a Universidade poderá contatar a empresa, caso perceba a presença de alguma praga, a fim de que seja feito um reforço no serviço executado. A contratada deve utilizar produtos reconhecidos e licenciados pelo Ministério da Saúde, mão de obra qualificada, equipamentos de proteção individual. A empresa deverá fornecer Relatório do Serviço e Certificado.</p> <p>Serviço realizado com 6 meses de garantia. ERECHIM: - Canteiro experimental, 200,10m². - Bloco A, 4.925,06 m², Bloco B 4.925,06 m² - Bloco de Laboratórios 01, 02 e 03, 3.451,53 m². - Central de reagentes, 106,24m². - Bloco dos Professores, 2.522,74m². Barracão das áreas experimentais, 517,16m², Central de resíduos, 66,33m². A área total é de aproximadamente 16.714,22 m².</p>	2	SR	3.008,56	6.017,12
3	8	<p>Controle de roedores: A empresa contratada realizará inspeção nas áreas, identificação das espécies encontradas, definição das áreas críticas de controle. Planejamento das áreas e locais específicos, aplicação de armadilhas e rodenticidas nas doses necessárias. Caso necessário, a empresa deverá fornecer</p>	6	SR	485,47	2.912,80

		armadilhas e rodenticidas para a UFFS. A empresa realizará o monitoramento bimestral, emitindo relatório deverá ser entregue em via impressa na Assessoria de Infraestrutura e Gestão Ambiental do Campus. Serviço realizado com 2 meses de garantia. ERECHIM: Canteiro experimental, 200,10m ² . – Cantina do Bloco A, 150,00 m ² - Barracão das áreas experimentais, 517,16m ² , Central de resíduos, 66,33m ² . A área total de aproxim. 933,59 m².				
3	9	Desalojamento de pragas: Caso necessário a empresa deverá realizar o desalojamento de insetos e animais, como vespas, morcegos, pombos, pardais, dentre outros. Em qualquer tempo durante a duração do contrato, a Universidade poderá contatar a empresa em caso de infestação para que faça o desalojamento ou tome as devidas providências a fim de normalizar a situação. Quantidade mínima, 515,37m ² correspondente ao barracão das áreas experimentais. O pagamento dos serviços será feito a partir da entrega dos relatórios e ou certificados referentes a cada local onde foi prestado o serviço proporcional ao preço da área do contrato.	1	SR	907,05	907,05
Total para CONTROLE DE PRAGAS : ERECHIM					R\$ 9.836,97	

Grupo 4: CONTROLE DE PRAGAS – LARANJEIRAS DO SUL

4	10	Desinsetização: Aplicação de inseticidas específicos nas áreas internas e externas às instalações. Nas áreas internas de cada instalação predial, o procedimento deve ser feito com a aplicação de inseticidas em praticamente todos os espaços e superfícies como chão e paredes, evitando-se direcionar para as superfícies de mesas, cadeiras, equipamentos eletrônicos e outros objetos. A aplicação pode ser feita com uso de atomizadores costais. Nas áreas externas de cada instalação predial, o procedimento deve ser feito (se necessário) com a aplicação de inseticidas somente em pontos específicos como cantos, rodapés, paredes, janelas, a critério de avaliação. Nas áreas próximas, que não a instalação em si, deve-se limitar o uso de inseticidas apenas em posições localizadas. O serviço ainda inclui a aplicação de inseticidas, iscas, armadilhas, para diversos insetos em áreas mais pontuais. Em linhas gerais pode-se citar as seguintes insetos: baratas, moscas, mosquitos, mosquitos e larvas da dengue, besouros, cupins, traças, formigas e pulgas, joaninhas, percevejos. Aracnídeos: aranhas, escorpiões e carrapatos. A qualquer tempo, dentro do período de 6 meses da garantia, a Universidade poderá contatar a empresa, caso perceba a presença de alguma praga, a fim de que seja feito um reforço no serviço executado. A contratada deve utilizar produtos reconhecidos e licenciados pelo Ministério da Saúde, mão de obra qualificada, equipamentos de proteção individual. A empresa deverá fornecer Relatório do Serviço e Certificado. Serviço realizado com 6 meses de garantia. LARANJEIRAS DO SUL: Blocos de Laboratórios 1, 2 e 3; área dos três blocos: 3.451,53 m ² . - Central de Reagentes: 106,24 m ² - Bloco A, 4.925,06 m ² . - Bloco de Salas dos professores, Total da área 2.522,74m ² . - Centro vocacional, 315,65 m ² . - Barracão das áreas experimentais 515,37 m ² . Central de Resíduos 66,33m ² .	2	SR	2.142,53	4.285,06
---	----	---	---	----	----------	----------

		A área total é de aproximadamente 11.904,71 m² -				
4	11	<p>Controle de roedores: A empresa contratada realizará inspeção nas áreas, identificação das espécies encontradas, definição das áreas críticas de controle. Planejamento das áreas e locais específicos, aplicação de armadilhas e rodenticidas nas doses necessárias. Caso necessário, a empresa deverá fornecer armadilhas e rodenticidas para a UFFS. A empresa realizará o monitoramento bimestral, emitindo relatório deverá ser entregue em via impressa na Assessoria de Infraestrutura e Gestão Ambiental do Campus. Serviço realizado com 2 meses de garantia.</p> <p>Laranjeiras do Sul - Cantina do Bloco A, 150 m². - Barracão das áreas experimentais 515,37 m². – Central de Resíduos 66,33m².</p> <p>A área total é de aproximadamente = 731,70 m²</p>	6	SR	380,48	2.282,88
4	12	<p>Desalojamento de pragas: Caso necessário a empresa deverá realizar o desalojamento de insetos e animais, como vespas, morcegos, pombos, pardais, dentre outros. Em qualquer tempo durante a duração do contrato, a Universidade poderá contatar a empresa em caso de infestação para que faça o desalojamento ou tome as devidas providências a fim de normalizar a situação. Quantidade mínima, 515,37m² correspondente ao barracão das áreas experimentais. O pagamento dos serviços será feito a partir da entrega dos relatórios e ou certificados referentes a cada local onde foi prestado o serviço proporcional ao preço da área do contrato.</p>	1	SR	907,05	907,05
Total para CONTROLE DE PRAGAS: LARANJEIRAS DO SUL						R\$ 7.474,99

Grupo 5: CONTROLE DE PRAGAS – REALEZA

5	13	<p>Desinsetização: Aplicação de inseticidas específicos nas áreas internas e externas às instalações. Nas áreas internas de cada instalação predial, o procedimento deve ser feito com a aplicação de inseticidas em praticamente todos os espaços e superfícies como chão e paredes, evitando-se direcionar para as superfícies de mesas, cadeiras, equipamentos eletrônicos e outros objetos. A aplicação pode ser feita com uso de atomizadores costais. Nas áreas externas de cada instalação predial, o procedimento deve ser feito (se necessário) com a aplicação de inseticidas somente em pontos específicos como cantos, rodapés, paredes, janelas, a critério de avaliação. Nas áreas próximas, que não a instalação em si, deve-se limitar o uso de inseticidas apenas em posições localizadas. O serviço ainda inclui a aplicação de inseticidas, iscas, armadilhas, para diversos insetos em áreas mais pontuais. Em linhas gerais pode-se citar as seguintes insetos: baratas, moscas, mosquitos, mosquitos e larvas da dengue, besouros, cupins, traças, formigas e pulgas, joaninhas, percevejos. Aracnídeos: aranhas, escorpiões e carrapatos. A qualquer tempo, dentro do período de 6 meses da garantia, a Universidade poderá contatar a empresa, caso perceba a presença de alguma praga, a fim de que seja feito um reforço no serviço executado. A contratada deve utilizar produtos reconhecidos e licenciados pelo Ministério da Saúde, mão de obra qualificada, equipamentos de proteção individual. A empresa deverá fornecer Relatório do Serviço e Certificado.</p> <p>Serviço realizado com 6 meses de garantia. REALEZA: Hospital</p>	2	SR	3.483,17	6.966,34
---	----	---	---	----	----------	----------

		Veterinário 5.143,59 m². - Bloco A, 4.925,06 m²; - Bloco de Laboratórios 01, 02 e 03 – área dos três blocos 3.451,53 m²; - Central de Reagentes, 106,24 m². - Unidade Clínica Escola de Nutrição (O total da área é de aproximadamente 290 m² situada na Av. Bruno Zuttion nº 3298 em Realeza PR.) - Bloco dos Professores, 2.522,74 m²; Restaurante Universitário, 2.328,28m². Barracão das áreas experimentais, 517,16m². – Central de resíduos, 66,33m². A área total interna é de aproximadamente 19.350,93 m²				
5	14	Controle de roedores: A empresa contratada realizará inspeção nas áreas, identificação das espécies encontradas, definição das áreas críticas de controle. Planejamento das áreas e locais específicos, aplicação de armadilhas e rodenticidas nas doses necessárias. Caso necessário, a empresa deverá fornecer armadilhas e rodenticidas para a UFFS. A empresa realizará o monitoramento bimestral, emitindo relatório deverá ser entregue em via impressa na Assessoria de Infraestrutura e Gestão Ambiental do Campus. Serviço realizado a cada 2 meses, com 2 meses de garantia. Realeza: - Hospital Veterinário 5.143,59 m². - Cantina do Bloco A, 150 m²; - - Unidade Clínica Escola de Nutrição (O total da área é de aproximadamente 290 m² situada na Av. Bruno Zuttion nº 3298 em Realeza PR.) - Restaurante Universitário, 2.328,28m². Barracão das áreas experimentais, 517,16m². – A área total interna é de aproximadamente 8.429,03 m²	6	SR	4.383,10	26.298,60
5	15	Desalojamento de pragas: Caso necessário a empresa deverá realizar o desalojamento de insetos e animais, como vespas, morcegos, pombos, pardais, dentre outros. Em qualquer tempo durante a duração do contrato, a Universidade poderá contatar a empresa em caso de infestação para que faça o desalojamento ou tome as devidas providências a fim de normalizar a situação. Quantidade mínima, 515,37m² correspondente ao barracão das áreas experimentais. O pagamento dos serviços será feito a partir da entrega dos relatórios e ou certificados referentes a cada local onde foi prestado o serviço proporcional ao preço da área do contrato.	1	SR	907,05	907,05
Total para CONTROLE DE PRAGAS REALEZA:					R\$ 34.171,99	

Grupo 6: CONTROLE DE PRAGAS – PASSO FUNDO

6	16	Desinsetização: Aplicação de inseticidas específicos nas áreas internas e externas às instalações. Nas áreas internas de cada instalação predial, o procedimento deve ser feito com a aplicação de inseticidas em praticamente todos os espaços e superfícies como chão e paredes, evitando-se direcionar para as superfícies de mesas, cadeiras, equipamentos eletrônicos e outros objetos. A aplicação pode ser feita com uso de atomizadores costais. Nas áreas externas de cada instalação predial, o procedimento deve ser feito (se necessário) com a aplicação de inseticidas somente em pontos específicos como cantos, rodapés, paredes, janelas, a critério de avaliação. Nas áreas próximas, que não a instalação em si, deve-se limitar o uso de inseticidas apenas em posições localizadas. O serviço ainda inclui a aplicação de inseticidas, iscas, armadilhas, para diversos insetos em áreas mais pontuais. Em linhas gerais	2	SR	1.431,79	2.863,58
---	----	--	---	----	----------	----------

Universidade Federal da Fronteira Sul

Avenida Fernando Machado, Nº 108E, Centro,

Chapecó – Santa Catarina

Brasil – CEP 89802-112

www.uffs.edu.br

licitacoesuffs@gmail.com

		pode-se citar as seguintes insetos: baratas, moscas, mosquitos, mosquitos e larvas da dengue, besouros, cupins, traças, formigas e pulgas, joaninhas, percevejos. Aracnídeos: aranhas, escorpiões e carrapatos. A qualquer tempo, dentro do período de 6 meses da garantia, a Universidade poderá contatar a empresa, caso perceba a presença de alguma praga, a fim de que seja feito um reforço no serviço executado. A contratada deve utilizar produtos reconhecidos e licenciados pelo Ministério da Saúde, mão de obra qualificada, equipamentos de proteção individual. A empresa deverá fornecer Relatório do Serviço e Certificado. Serviço realizado com 6 meses de garantia. PASSO FUNDO: Quartel, Bloco B 1.360,00 e depósito 1.250,00 = 2.610,00 m². - Bloco A, 5.344,41 m². - A área total é de aproximadamente 7.954,41 m².				
6	17	Controle de roedores: A empresa contratada realizará inspeção nas áreas, identificação das espécies encontradas, definição das áreas críticas de controle. Planejamento das áreas e locais específicos, aplicação de armadilhas e rodenticidas nas doses necessárias. Caso necessário, a empresa deverá fornecer armadilhas e rodenticidas para a UFFS. A empresa realizará o monitoramento bimestral, emitindo relatório deverá ser entregue em via impressa na Assessoria de Infraestrutura e Gestão Ambiental do Campus. Serviço realizado a cada 2 meses, com 2 meses de garantia. PASSO FUNDO: 150m² correspondente a cantina do bloco A do campus.	6	SR	1.300,00	7.800,00
6	18	Desalojamento de pragas: Caso necessário a empresa deverá realizar o desalojamento de insetos e animais, como vespas, morcegos, pombos, pardais, dentre outros. Em qualquer tempo durante a duração do contrato, a Universidade poderá contatar a empresa em caso de infestação para que faça o desalojamento ou tome as devidas providências a fim de normalizar a situação. Quantidade: 515,37m². O pagamento dos serviços será feito a partir da entrega dos relatórios e ou certificados referentes a cada local onde foi prestado o serviço proporcional ao preço da área do contrato.	1	SR	907,05	907,05
Total para CONTROLE DE PRAGAS: PASSO FUNDO					R\$ 11.570,63	

Grupo 7: LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE RESERVATÓRIOS – PASSO FUNDO

7	19	Limpeza e desinfecção de caixas d' água e cisternas, localizadas no Campus Passo Fundo / RS , com laudo reconhecido pela vigilância sanitária e fotos do "antes e depois" da limpeza e desinfecção da caixa incluindo o local onde estas estão instaladas. A limpeza das caixas d'água potável deverão ser feitas a cada 6 meses ou conforme a legislação local e cisternas de água de reuso conforme a fiscalização determinar. Passo Fundo - Limpeza e desinfecção dos seguintes espaços: Bloco A, 70m³. Prédio do quartel, 1 m³. O volume total de aproximadamente 71 m³.	71	m³	32,29	2.292,59
7	20	Limpeza e desinfecção de caixas d' água 6 meses após a primeira limpeza, no Campus Passo Fundo/RS , com laudo reconhecido pela vigilância sanitária e fotos do "antes e depois" da limpeza e desinfecção da caixa incluindo o local onde estas estão instaladas. A limpeza das caixas d'água potável deverão ser feitas a cada 6 meses ou conforme a	41	m³	32,29	1.323,89

Universidade Federal da Fronteira Sul

Avenida Fernando Machado, Nº 108E, Centro,

Chapecó - Santa Catarina

Brasil - CEP 89802-112

www.uffs.edu.br

licitacoesuffs@gmail.com

	legislação local. Passo Fundo - Limpeza e desinfecção dos seguintes espaços: Bloco A, 40m³. Prédio do quartel, 1 m³. O volume total de aproximadamente 41 m³ , 6 meses após o primeiro serviço.				
Total para limpeza e desinfecção de reservatórios: PASSO FUNDO					R\$ 3.616,48

Grupo 8: LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE RESERVATÓRIOS – REALEZA

8	21	Limpeza e desinfecção de caixas d' água e cisternas, localizadas no Campus Realeza/PR , com laudo reconhecido pela vigilância sanitária e fotos do “antes e depois” da limpeza e desinfecção da caixa incluindo o local onde estas estão instaladas. Realeza - Limpeza e desinfecção dos seguintes espaços: Hospital Veterinário 235,00 m³. - Bloco A, 60m³; - Bloco de Laboratórios 01, 02 e 03, 78m³; Unidade Clínica Escola de Nutrição (O total da área é de aproximadamente 0,5 m³ situada na Av. Bruno Zuttion nº 3298 em Realeza PR.) - Bloco dos Professores, 50,00m³; Restaurante Universitário, 77,50m³. Barracão das áreas experimentais, 5m³. O volume total de aproximadamente 506 m³.	506	m³	29,00	14.674,00
8	22	Limpeza e desinfecção de caixas d' água 6 meses após a primeira limpeza,no Campus Realeza/PR , com laudo reconhecido pela vigilância sanitária e fotos do “antes e depois” da limpeza e desinfecção da caixa incluindo o local onde estas estão instaladas. A limpeza das caixas d'água potável deverão ser feitas a cada 6 meses ou conforme a legislação local. Realeza - Limpeza e desinfecção dos seguintes espaços: Hospital Veterinário 50,00 m³. - Bloco A, 40m³; - Bloco de Laboratórios 01, 02 e 03, 40m³; Unidade Clínica Escola de Nutrição (O total da área é de aproximadamente 0,5 m³ situada na Av. Bruno Zuttion nº 3298 em Realeza PR.) - Restaurante Universitário, 40m³. O volume total de aproximadamente 170,5 m³.	171	m³	29,00	4.959,00
Total para limpeza e desinfecção de reservatórios: REALEZA						R\$ 19.633,00

Grupo 9: LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE RESERVATÓRIOS – LARANJEIRAS DO SUL

9	23	Limpeza e desinfecção de caixas d' água e cisternas, localizadas no Campus Laranjeiras do Sul/PR , com laudo reconhecido pela vigilância sanitária e fotos do “antes e depois” da limpeza e desinfecção da caixa incluindo o local onde estas estão instaladas. Laranjeiras do Sul - Limpeza e desinfecção dos seguintes espaços: Blocos de Laboratórios 1, 2 e 3; área dos três blocos: 78m³. - Bloco A, 60m³. - Bloco de Salas dos professores, 50m³. - Centro vocacional, 2 m³. - Barracão das áreas experimentais, 5m³; Restaurante universitário, 77,50m³. O volume total de aproximadamente 267 m³.	267	m³	29,00	7.757,50
9	24	Limpeza e desinfecção de caixas d' água 6 meses após a primeira limpeza, no Campus Laranjeiras do Sul /PR , com laudo reconhecido pela vigilância sanitária e fotos do “antes e depois” da limpeza e desinfecção da caixa incluindo o local onde estas estão instaladas. A limpeza das caixas d'água potável deverão ser feitas a cada 6 meses ou conforme a legislação local. Laranjeiras do Sul - Limpeza e desinfecção dos seguintes espaços: - Bloco A, 40m³. - Restaurante universitário, 40m³. O volume total de aproximadamente	80	m³	29,00	2.320,00

Universidade Federal da Fronteira Sul

Avenida Fernando Machado, Nº 108E, Centro,

Chapecó – Santa Catarina

Brasil – CEP 89802-112

www.uffs.edu.br

licitacoesuffs@gmail.com

	80,00 m³.				
Total para limpeza e desinfecção de reservatórios: REALEZA				R\$10.077,50	

Grupo 10: LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE RESERVATÓRIOS – ERECHIM						
10	25	Limpeza e desinfecção de caixas d’ água e cisternas, localizadas no Campus Erechim/RS , com laudo reconhecido pela vigilância sanitária e fotos do “antes e depois” da limpeza e desinfecção da caixa incluindo o local onde estas estão instaladas. ERECHIM - Limpeza e desinfecção dos seguintes espaços: Bloco A, 60m³. - Bloco de Laboratórios 01, 02 e 03, 78m³ – Bloco dos Professores, 50m³ - Restaurante Universitário, 77,50m³ - Barracão das áreas experimentais, 5m³. O volume total de aproximadamente 270,5m³.	271	m³	32,29	8.750,59
10	26	Limpeza e desinfecção de caixas d’ água 6 meses após a primeira limpeza, no Campus Erechim/RS , com laudo reconhecido pela vigilância sanitária e fotos do “antes e depois” da limpeza e desinfecção da caixa incluindo o local onde estas estão instaladas. A limpeza das caixas d’água potável deverão ser feitas a cada 6 meses ou conforme a legislação local. ERECHIM - Limpeza e desinfecção dos seguintes espaços: Bloco A, 40m³. - Bloco de Laboratórios 01, 02 e 03, 53m³ – Bloco dos Professores, 40m³ - Restaurante Universitário, 40m³ - O volume total de aproximadamente 173 m³.	173,00	m³	32,29	5.586,17
Total para limpeza e desinfecção de reservatórios: ERECHIM					R\$ 14.336,76	

Grupo 11: LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE RESERVATÓRIOS – CERRO LARGO						
11	27	Limpeza e desinfecção de caixas d’ água e cisternas, localizadas no Campus Cerro Largo /RS , com laudo reconhecido pela vigilância sanitária e fotos do “antes e depois” da limpeza e desinfecção da caixa incluindo o local onde estas estão instaladas. CERRO LARGO - Limpeza e desinfecção dos seguintes espaços: Ginásio de esportes e Seminário, 45m³. - Bloco A,60m³, - Laboratórios didáticos 1, 2, 3, 78m³. Bloco dos professores, 50m³. – Restaurante Universitário, 77,50m³. – Galpão das áreas experimentais, 5m³. O volume total de aproximadamente 315,50 m³.	310	m³	32,29	10.009,90
11	28	Limpeza e desinfecção de caixas d’ água 6 meses após a primeira limpeza,no Campus Cerro Largo/RS , com laudo reconhecido pela vigilância sanitária e fotos do “antes e depois” da limpeza e desinfecção da caixa incluindo o local onde estas estão instaladas. A limpeza das caixas d'água potável deverão ser feitas a cada 6 meses ou conforme a legislação local. CERRO LARGO - Limpeza e desinfecção após 6 meses, dos seguintes espaços obrigatórios segundo vigilância sanitária: Bloco A, 40m³, – Restaurante Universitário, 40m³. O volume total de aproximadamente 80 m³.	80	m³	32,29	2.583,20
Total para limpeza e desinfecção de reservatórios: CERRO LARGO					R\$ 12.593,10	

Grupo 12: LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE RESERVATÓRIOS – CHAPECÓ						
	29	Limpeza e desinfecção de caixas d' água e cisternas, localizadas no Campus Chapecó/SC , com laudo reconhecido	516,00	m³	34,47	17.786,52

	pela vigilância sanitária e fotos do “antes e depois” da limpeza e desinfecção da caixa incluindo o local onde estas estão instaladas. Chapecó - Limpeza e desinfecção dos seguintes espaços: - Bloco A, 60m³; Bloco B, 50m³- Bloco de Laboratórios 01, 02, 03 e 04, 78m³; - Bloco dos Professores, 50,00m³. Barracão das áreas experimentais, 5m³. Biblioteca 165,50m³ Unidade Bom pastor, 31 m³, O volume total de aproximadamente 516 m³.				
30	Limpeza e desinfecção de caixas d’ água 6 meses após a primeira limpeza, no Campus CHAPECÓ / SC , com laudo reconhecido pela vigilância sanitária e fotos do “antes e depois” da limpeza e desinfecção da caixa incluindo o local onde estas estão instaladas. A limpeza das caixas d'água potável deverão ser feitas a cada 6 meses ou conforme a legislação local. Chapecó - Bloco A, 40m³; - Bloco de Laboratórios 01, 02 e 03, 40m³; Bloco Professores, 30m³ O volume total de aproximadamente 110 m³.	110,00	m³	34,47	5.859,90
Total para limpeza e desinfecção de reservatórios: CHAPECÓ				R\$ 23.646,42	
VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO			R\$ 183.303,40		

1.3. Dos critérios de sustentabilidade

1.3.1. Para o exercício de atividade de controle de pragas domésticas com aplicação de produtos químicos, classificada como potencialmente poluidora ou utilizadora de recursos ambientais, conforme Anexo II da Instrução Normativa IBAMA nº 31, de 03/12/2009: Comprovante de Registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido, nos termos do artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e da Instrução Normativa IBAMA nº 31, de 03/12/2009, e legislação correlata, ou ainda, Licença Ambiental em nível municipal e/ou estadual.

1.3.1.1. Caso o licitante seja dispensado de tal registro, por força de dispositivo legal, deverá apresentar o documento comprobatório ou declaração correspondente, sob as penas da lei.” Modelo de Declaração Isenção disponível no Encarte A.

1.3.2. Quando da execução dos serviços, no que couber, solicita-se que a contratada adote boas práticas de sustentabilidade, baseadas na otimização e economia de recursos e na redução da poluição ambiental, quando da execução dos serviços contratados, conforme previsto na IN 06/2013/SLTI/MPOG, tais como:

1.3.2.1. Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxicas e/ou poluentes;

1.3.2.2. Substituição, sempre que possível, de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;

1.3.2.3. Uso de produtos de limpeza e conservação que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA;

1.3.2.4. Racionalização do consumo de energia elétrica e de água;

1.3.2.5. Destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades de limpeza, asseio e conservação;

1.3.2.6. Utilização, na lavagem de pisos, sempre que possível, de água de reuso ou outras fontes (águas de chuva e poços), desde que certificada de não contaminação por metais pesados ou agentes bacteriológicos, minas e outros;

1.3.2.7. Treinamento periódico dos empregados sobre práticas de sustentabilidade, em especial sobre redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e destinação de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

1.3.2.8. Observação da Resolução CONAMA (Conselho Nacional do Meio Ambiente) nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;

1.3.2.9. Desenvolver ou adotar manuais de procedimentos de descarte de materiais potencialmente poluidores, tais como pilhas e baterias dispostas para descarte que contenha, em suas composições chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos, em estabelecimentos que as comercializam ou na rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias, para repasse aos fabricantes ou importantes, conforme disposto na legislação vigente;

1.3.2.10. Conferir o tratamento previsto no item anterior a lâmpadas fluorescente e frascos de aerossóis em geral. Estes produtos, quando descartados, deverão ser separados e acondicionados em recipientes adequados para destinação específica.

1.3.2.11. Encaminhar os pneumáticos inservíveis abandonados ou dispostos inadequadamente aos fabricantes, para destinação final, ambientalmente adequada;

1.3.2.12. Manter o equipamento operando com o padrão de eficiência alto, dentro no nível referente ao selo PROCEL;

1.3.2.13. Observar, quando da execução dos serviços, as práticas de sustentabilidade previstas na Instrução Normativa nº 1, de 19 de janeiro de 2010, no que couber

1.3.3. Conforme prevê o Decreto Presidencial nº 7.746 de 05 de junho de 2012, que regulamenta o Art. 3º da Lei 8.666/93, a Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional e as Empresas Estatais dependentes poderão adquirir bens e contratar serviços e obras considerando critérios e práticas de sustentabilidade objetivamente definidos no instrumento convocatório, conforme o disposto neste Decreto:

Parágrafo Único. A adoção de critérios e práticas de sustentabilidade deverá ser justificada nos autos e preservar o caráter competitivo do certame.

Art. 3º Os critérios e práticas de sustentabilidade de que trata o art. 2º serão veiculados como especificação técnica do objeto ou como obrigação da contratada.

Art. 4º São diretrizes de sustentabilidade, entre outras:

I – menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;

II – preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;

III – maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;

IV – maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;

V – maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;

VI – uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais; e

VII – origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e obras.

Art. 5º A administração pública federal direta, autárquica e fundacional e as empresas estatais dependentes poderão exigir no instrumento convocatório para a aquisição de bens que estes sejam constituídos por material reciclado, atóxico ou biodegradável, entre outros critérios de sustentabilidade.

Universidade Federal da Fronteira Sul

Avenida Fernando Machado, Nº 108E, Centro,

Chapecó – Santa Catarina

Brasil – CEP 89802-112

www.uffs.edu.br

licitacoesuffs@gmail.com

(...)

Art. 8º A comprovação das exigências contidas no instrumento convocatório poderá ser feita mediante certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio definido no instrumento convocatório.

§ 1º Em caso de inexistência da certificação referida no caput, o instrumento convocatório estabelecerá que, após a seleção da proposta e antes da adjudicação do objeto, o contratante poderá realizar diligências para verificar a adequação do bem ou serviço às exigências do instrumento convocatório.

(...)

Art. 16º A administração pública federal direta, autárquica e fundacional e as empresas estatais dependentes deverão elaborar e implementar Planos de Gestão de Logística Sustentável, no prazo estipulado pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação, prevendo, no mínimo:

I – atualização do inventário de bens e materiais do órgão e identificação de similares de menor impacto ambiental para substituição;

II – práticas de sustentabilidade e de racionalização do uso de materiais e serviços;

III – responsabilidades, metodologia de implementação e avaliação do plano; e

IV – ações de divulgação, conscientização e capacitação.

1.3.4. No item 2.2.8.1. desse Termo de Referência consta lista dos normativos que disciplinam os serviços a serem contratados, de acordo com sua natureza.

1.3.5. O certame está em consonância com o Plano de Logística Sustentável da UFFS.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. As demandas apresentadas são necessárias porque implicam na renovação do habite-se das edificações e nas boas condições dos prédios.

2.2. Lista dos normativos que disciplinam os serviços a serem contratados, de acordo com a sua natureza:

2.2.1. A. Lei n. 12.378 / 2010 que criou o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil, cujas atividades fiscalizadas também podem ser abrangidas pela expressão “serviços de engenharia”.

2.2.2. B. RESOLUÇÃO Nº 218, DE 29 DE JUNHO DE 1973 Discrimina atividades das diferentes modalidades profissionais da Engenharia, Arquitetura e Agronomia:

2.2.2.1. Atividade 10 - Padronização, mensuração e controle de qualidade;

2.2.2.2. Atividade 15 - Condução de equipe de instalação, montagem, operação, reparo ou manutenção;

2.2.2.3. Atividade 16 - Execução de instalação, montagem e reparo;

2.2.2.4. Atividade 17 - Operação e manutenção de equipamento e instalação;

2.2.2.5. Conforme o art. 1º da Lei Federal nº 6496/77, todo contrato, escrito ou verbal, para a execução de obras ou prestação de quaisquer serviços profissionais referentes à Engenharia, Agronomia, geologia, meteorologia e geografia, fica sujeito à Anotação de Responsabilidade Técnica (ART).

2.2.3. C. Lei complementar nº 546, de 22 de dezembro de 2014 - dispõe sobre o código de obras do município de Chapecó e dá outras providências:

2.2.3.1. Art. 1º As obras e edificações no Município de Chapecó devem obedecer às normas previstas nesta Lei Complementar, sem prejuízo da observância das demais que tratam da matéria. § 2º É direito do proprietário do imóvel, neste promover e executar obras, mediante prévio conhecimento e consentimento do Município de Chapecó.

2.2.3.2. § 3º O proprietário do imóvel ou seu sucessor a qualquer título, é responsável pela manutenção das condições de estabilidade, segurança e salubridade do imóvel, suas edificações e equipamentos, bem como pela observância das prescrições desta Lei Complementar e Legislação Municipal correlata, assegurando-se todas as informações cadastradas no Município de Chapecó relativas ao seu imóvel.

2.2.3.3. § 6º Este código aplica-se também às edificações existentes, quando os proprietários pretenderem reformá-las, mudar seus usos ou ampliá-las.

2.2.4. D. Lei complementar nº 399, de 07 de novembro de 2016 - institui o código de obras no âmbito do município de Passo Fundo e dá outras providências.

2.2.4.1. E. Lei n.º 2598, de 04 de janeiro de 1994. Disciplina as edificações na área urbana do município de Erechim e dá outras providências.

2.2.5. F. Lei nº 915/82 dispõe sobre o código de obras do município de Cerro Largo.

2.2.6. G. Lei nº 1054, de 20/12/2006 - institui o código de edificações e obras, para ações de iniciativa privada e pública, regulamentando as normas edilícias no município de Realeza.

2.2.7. H. Lei n.º 052/2014 - institui o código de obras do município de Laranjeiras do Sul e dá outras providências.

2.2.8. Lista dos normativos que disciplinam os serviços a serem contratados, de acordo com a sua natureza:

2.2.8.1. Controle de pragas:

2.2.8.1.1 DECISÃO NORMATIVA Nº 067, DE 16 JUN 2000 – CONFEA - Dispõe sobre o registro e a anotação de responsabilidade técnica das empresas e dos profissionais prestadores de serviços de desinsetização, desratização e similares.

2.2.8.1.2. A legislação existente exige a dedetização comercial em áreas de produção, de armazenamento, de transporte e de comércio de alimentos, além de instituições voltadas para a saúde, como hospitais e clínicas. Além disso, o CIP – Controle Integrado de Pragas também deve ser aplicado na agricultura e na pecuária. A seguir a legislação referente a estas exigências e a lista de documentação exigida para renovação do habite-se nos estados em que a lista está disponível na internet, sabe-se que a vigilância sanitária pode cobrar na renovação do habite-se o alvará sanitário que em alguns estados vale também para escolas, desta forma ficam incluídas na lista de locais a considerar no planejamento as áreas dos restaurantes, cantinas e outras áreas de preparação de alimentos, hospitais e ambulatórios instalados nas dependências da UFFS além dos locais ligados as práticas agrícolas ou agropecuárias nos campi.

2.2.8.1.3. RDC Nº 52 de 22 de outubro de 2009 - ANVISA: Áreas de atuação das empresas especializadas em controle de pragas: estabelecimento de saúde, escola, creche, hotel, indústrias

fabricantes de produtos relacionados à saúde, Estabelecimentos que manipulam alimentos, empresas de transporte coletivo, residências e condomínios.

2.2.8.1.4. ANVISA - RESOLUÇÃO DA DIRETORIA COLEGIADA - RDC Nº 20, DE 12 DE MAIO DE 2010 - Dá nova redação ao disposto no Art. 9º, da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC Nº 52/2009, que dispõe sobre o funcionamento de empresas especializadas na prestação de serviço de controle de vetores e pragas urbanas e dá outras providências.

2.2.8.1.5. Fala do registro da empresa executora e do certificado que fica obrigada a fornecer após a realização do serviço e da necessidade de um responsável técnico.

2.2.8.1.6. RESOLUÇÃO-RDC Nº 216, DE 15 DE SETEMBRO DE 2004 Dispõe sobre Regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação.

2.2.8.1.7. A edificação, as instalações, os equipamentos, os móveis e os utensílios devem ser livres de vetores e pragas urbanas. Deve existir um conjunto de ações eficazes e contínuas de controle de vetores e pragas urbanas, com o objetivo de impedir a atração, o abrigo, o acesso e ou proliferação dos mesmos. Aplica-se aos serviços de alimentação que realizam algumas das seguintes atividades: manipulação, preparação, fracionamento, armazenamento, distribuição, transporte, exposição à venda e entrega de alimentos preparados ao consumo, tais como cantinas, bufês, comissarias, confeitarias, cozinhas industriais, cozinhas institucionais, delicatessens, lanchonetes, padarias, pastelarias, restaurantes, rotisseries e congêneres.

2.2.8.1.8. PORTARIA SES Nº 125 / 2017 - Dispõe sobre os documentos que deverão ser protocolados pelos interessados para a abertura de processos administrativos perante a Vigilância Sanitária Estadual para análise de projeto arquitetônico, concessão inicial ou renovação de alvará sanitário, de estabelecimentos de saúde, no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul.

2.2.8.1.9. Documentação para abertura de processo de requerimento de concessão inicial* ou renovação de alvará sanitário** para as atividades de estabelecimentos de saúde: g) comprovante de limpeza do reservatório de água e comprovante de controle de pragas e vetores;

2.2.8.2. Limpeza e desinfecção de reservatórios de água potável:

2.2.8.2.1. "Portaria MS nº 2.914/2011 Art. 24. Toda água para consumo humano, fornecida coletivamente, deverá passar por processo de desinfecção ou cloração. Art. 41. Os responsáveis pelo controle da qualidade da água de sistema e solução alternativa coletiva de abastecimento de água para consumo humano devem elaborar e submeter para análise da autoridade municipal de saúde pública, o plano de amostragem de cada sistema e solução, respeitando os planos mínimos de amostragem expressos nos Anexos XI, XII, XIII e XIV."

2.2.8.2.2. Santa Catarina : LEI Nº 4783/95 FIXA OBRIGATORIEDADE DE LIMPEZA DAS CAIXAS D'ÁGUA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

2.2.8.2.3. Rio Grande do Sul: Decreto Estadual n.º 23.430, de 24 de outubro de 1974 - § 4º - Será obrigatória a limpeza dos reservatórios, no mínimo, uma vez por ano e de acordo com técnica prescrita pela Secretaria da Saúde.

2.2.8.2.4. Paraná: Lei Estadual nº 13331, de 23 de novembro de 2001 (Código de Saúde do Paraná)

Art. 188. Os reservatórios terão a superfície lisa, impermeável e resistente, não podendo ser revestida de material que possa contaminar a água e serão providos de:
VII. Será obrigatória a limpeza periódica dos reservatórios de água, por período não superior a seis meses.

3. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

1.2. O objeto deste Termo de Referência se enquadra como serviço comum, para fins do disposto no artigo 4º do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, cabendo licitação na modalidade Pregão, na sua forma Eletrônica, para Registro de Preços, observado o disposto na Lei nº 10.520, de 7 de julho de 2002; no Decreto nº 3.555, de 8 de agosto de 2000, no Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações subsequentes.

1.3. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 2.271, de 1997, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

1.4. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

2. FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

2.1. Trata-se de serviço limpeza de caixas d'água e controle de pragas, cujos serviços têm 6 e 2 meses de garantia, respectivamente.

2.2. Os serviços devem ser prestados bimestralmente pela equipe, sob orientação de um técnico responsável pelos serviços de controle de pragas e semestralmente para os serviços de limpeza e desinfecção de caixas d'água. Porém a contratante pode solicitar a qualquer tempo a presença do mesmo para refazer os serviços dentro do período de garantia.

3. DA VISTORIA

3.1. A participação na presente licitação pressupõe o pleno conhecimento de todas as condições para execução do objeto constantes dos documentos técnicos que integram o Termo de Referência, devendo a licitante realizar vistoria nas condições abaixo:

3.1.1. A vistoria será acompanhada por servidor designado para esse fim, nos seguintes horários:

3.1.1.1. **Campus Cerro Largo/RS:** Assessoria de Infraestrutura, de segunda a sexta-feira, das 08h às 12h e das 13h30min às 17h, pelo telefone (55) 3359-3990;

3.1.1.2. **Campus Erechim/RS:** Assessoria de Infraestrutura, de segunda a sexta-feira, das 08h às 12h e das 13h30min às 17h, pelo telefone (54) 3321-7075;

3.1.1.3. **Campus Realeza/PR:** Assessoria de Infraestrutura, de segunda a sexta-feira, das 08h às 12h e das 13h30min às 17h, pelo telefone (46) 3543-8317;

Universidade Federal da Fronteira Sul

Avenida Fernando Machado, Nº 108E, Centro,
Chapecó - Santa Catarina
Brasil - CEP 89802-112
www.uffs.edu.br
licitacoesuffs@gmail.com

- 3.1.1.4. **Campus Chapecó/SC:** Assessoria de Infraestrutura, de segunda a sexta-feira, das 08h às 12h e das 13h30min às 17h, pelo telefone (49) 2049-1548;
- 3.1.1.5. **Campus Passo Fundo/RS:** Coordenação Administração, de segunda a sexta-feira, das 08h às 12h e das 13h30min às 17h, pelo telefone (49) 2049-1590 com Laura;
- 3.1.1.6. **Reitoria Chapecó/SC:** Departamento de Manutenção, de segunda a sexta-feira, das 08h às 12h e das 13h30min às 17h, pelo telefone (49) 2049-3114 com Edson Tadiotto;
- 3.1.1.7. **Campus Laranjeiras do Sul/ PR:** Coordenação Administração, de segunda a sexta-feira, das 08h às 12h e das 13h30min às 17h, pelo telefone (49) 2049-1590 com Laura.

3.1.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para abertura dos envelopes;

3.1.3. Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para o ato.

3.1.4. Eventuais dúvidas de natureza técnica decorrentes da realização da vistoria deverão ser encaminhadas à Comissão de Licitação, mediante (metodologia a ser definida pelo órgão), antes da data fixada para a sessão pública.

3.1.5. A não realização de vistoria não poderá ser alegada como fundamento para o inadimplemento total ou parcial de obrigações previstas em quaisquer documentos integrantes do instrumento convocatório.

3.1.6. Por ocasião da vistoria, ao licitante, ou ao seu representante legal, poderá ser entregue CD-ROM, "pen-drive" ou outra forma compatível de reprodução, contendo as informações relativas ao objeto da licitação, para que a empresa tenha condições de bem elaborar sua proposta.

4. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

4.1. A demanda do órgão gerenciador e dos participantes tem como base as seguintes características:

4.1.1. A estimativa de quantidades foi feita a partir de uma contratação mínima para atendimento à legislação e com base no histórico de ocorrências de pragas para o controle de pragas e no número de caixas e cisternas instaladas em cada campus.

5. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1. Os serviços deverão ser executados com base nos parâmetros mínimos a seguir estabelecidos:

5.1.1. Atendimento integral das exigências do Edital;

5.1.2. Qualidade dos serviços prestados;

5.1.3. Pontualidade na execução dos serviços.

6. EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E SEU RECEBIMENTO

6.1. A execução dos serviços será iniciada a partir da data indicada no respectivo contrato, cujas etapas observarão o cronograma-físico financeiro, considerando a extensão dos serviços e o disposto nas especificações técnicas.

6.2. Quando os serviços contratados forem concluídos, caberá à Contratada apresentar comunicação escrita informando o fato à fiscalização da Contratante, a qual competirá, no prazo de até 15 (quinze) dias, a verificação dos serviços executados, para fins de recebimento provisório, consoante critérios e especificações previstas no Caderno de Encargos, ou documento equivalente, para fins de recebimento provisório.

6.2.1. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções eventualmente exigíveis.

6.3. A Contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de fiscalização técnica designada, acompanhados dos profissionais encarregados pela contratada, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

6.3.1. Após tal inspeção, será lavrado Termo de Recebimento Provisório, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, ambas assinadas pela fiscalização, relatando as eventuais pendências verificadas.

6.3.2. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Termo de Recebimento Provisório.

6.4. Para fins de recebimento definitivo pelo gestor do contrato, será elaborado relatório circunstanciado pela fiscalização contratual contendo o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato e demais documentos que julgarem necessários.

6.5. O Termo de Recebimento Definitivo dos serviços contratados será lavrado, em até 90 (noventa) dias após a lavratura do Termo de Recebimento Provisório, pelo gestor do contrato, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço executado e materiais empregados, com a consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

6.5.1. O gestor do contrato analisará os relatórios e toda documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicará as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à Contratada, por escrito, as respectivas correções.

6.5.2. O gestor, após emissão de termo circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, comunicará à Contratada para que emita a Nota Fiscal ou Fatura com o valor exato dimensionado pela fiscalização com base na medição realizada e ratificada.

6.5.3. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem 8.5 não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo, desde que o retardamento não se opere por culpa da Contratada.

6.5.4. O recebimento definitivo do objeto licitado não exime a Contratada, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).

6.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

6.7. Os serviços deverão ser prestados nos seguintes endereços:

6.7.1. Campus Chapecó/SC:

6.7.1.1. Rodovia SC 484, Km 02, Bairro Fronteira Sul, CEP: 89.801-001, Chapecó-SC;

6.7.2. Campus Erechim/RS:

6.7.2.1. Rodovia ERS 135, Km 72, CEP: 99.700-000 – Erechim-RS;

6.7.3. Campus Cerro Largo/RS:

6.7.3.1. Rua Jacob Reinaldo Haupenthal, 1580, CEP: 97.900-000, São Pedro, Cerro Largo/RS;

6.7.4. Campus Laranjeiras do Sul/PR:

6.7.4.1. Rodovia BR 158, Km 405, CEP: 85.301-970, Laranjeiras do Sul-PR;

6.7.5. Campus Realeza/PR:

6.7.5.1. Rua Edmundo Gaievski, 1000, trevo de acesso à rodovia PR 182, Km 466, CEP: 85.770-000, Realeza/PR.

6.7.6. Campus Passo Fundo/RS:

6.7.6.1. Rua Capitão Araújo Nº 20, Centro, CEP: 99010-200, Passo Fundo-RS.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

7.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designada, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

7.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

7.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, conforme cronograma físico-financeiro;

- 7.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da Contratada, em conformidade com o Anexo XI, Item 6 da IN SEGES/MP nº 5/2017;
- 7.6. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;
- 7.7. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;
- 7.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;
- 7.9. Arquivamento, entre outros documentos de especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;
- 7.10. Exigir da Contratada que providencie a reparação dos vícios verificados dentro do prazo de garantia do serviço, tendo em vista o direito assegurado à Contratante no art. 69 da Lei nº 8.666/93 e no art. 12 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 8.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;
- 8.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 8.3. Manter os empregados nos horários predeterminados pela Contratante;
- 8.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia prestada, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 8.5. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 8.6. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI;
- 8.7. Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço;
- 8.8. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;
- 8.9. Apresentar, quando solicitado pela Administração, atestado de antecedentes criminais e distribuição cível de toda a mão de obra oferecida para atuar nas instalações do órgão;

- 8.10. Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;
- 8.11. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da Contratante;
- 8.12. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 8.13. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;
- 8.14. Não permitir a utilização de qualquer trabalho de menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 8.15. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 8.16. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 8.17. Manter preposto aceito pela Contratante nos horários e locais de prestação de serviço para representá-la na execução do contrato com capacidade para tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos;
- 8.18. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;
- 8.19. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas da Contratante;
- 8.20. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
- 8.21. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 8.22. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 8.23. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 8.24. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.
- 8.25. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

- 8.26. Providenciar junto ao CREA e/ou ao CAU-BR as Anotações e Registros de Responsabilidade Técnica referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos das normas pertinentes (Leis ns. 6.496/77 e 12.378/2010);
- 8.27. Obter junto ao Município, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável;
- 8.28. Ceder os direitos patrimoniais relativos ao projeto ou serviço técnico especializado, para que a Administração possa utilizá-lo de acordo com o previsto neste Termo de Referência e seus anexos, conforme artigo 111 da Lei nº 8.666, de 1993;
- 8.29. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.
- 8.30. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 8.31. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações estabelecidas.
- 8.32. Elaborar Diário de Obra para acompanhamento, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento da demanda, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto.
- 8.33. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido no instrumento contratual, neste Termo de Referência e seus anexos, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo, ou a qualquer tempo se constatado pelo fiscal da Contratante.
- 8.34. Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de: (a) manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (b) supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (c) florestas plantadas; e (d) outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.
- 8.35. Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do artigo 4º, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:
- 8.35.1. Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;
- 8.35.2. Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou

Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e Instrução Normativa IBAMA nº 31, de 03/12/2009, e legislação correlata;

8.35.3. Documento de Origem Florestal – DOF, instituído pela Portaria nº 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA nº 112, de 21/08/2006, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória.

8.35.3.1. Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, a CONTRATADA deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.

8.36. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações da Resolução n. 448/2012, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:

8.36.1. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso;

8.36.2. Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, a CONTRATADA deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

8.36.2.1. resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de preservação de material para usos futuros;

8.36.2.2. resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;

8.36.2.3. resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;

8.36.2.4. resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

8.36.3. Em nenhuma hipótese a Contratada poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas;

8.36.4. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, a contratada comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

8.37. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

8.37.1. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte;

8.37.2. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata;

8.37.3. Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes;

8.38. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de caso fortuito ou de força maior, por qualquer causa de destruição, danificação, defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens da Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto à obra.

8.39. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto neste Termo de Referência e demais documentos anexos;

8.40. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada cujos empregados vinculados ao serviço sejam regidos pela CLT deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

8.41. Caso necessário, após a assinatura do contrato, a contratada poderá ser convocada a participar de reunião inicial, devidamente registrada em Ata, para dar início à execução do serviço, com o esclarecimento das obrigações contratuais, em que estejam presentes os técnicos responsáveis pela elaboração do termo de referência, o gestor do contrato, o fiscal técnico do

contrato, o fiscal administrativo do contrato, os técnicos da área requisitante, o preposto da empresa e os gerentes das áreas que executarão os serviços contratados.

8.42. Emitir certificado para a prestação dos serviços com registro fotográfico da execução e entregar ao fiscal designado para que este aprove a qualidade e quantidade dos serviços e determine a emissão da nota fiscal no valor correspondente a medição.

8.43. Executar os serviços na qualidade e quantidades solicitadas e com a garantia descrita, conforme especificações do Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais;

8.44. Responsabilizar-se por todas as despesas tributárias, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, alimentação e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir na execução do contrato;

8.45. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

8.46. Disponibilizar empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os equipamentos de proteção individual – EPI e equipamentos de proteção coletiva - EPC. Corre por conta da contratada o controle da utilização de EPI/EPC e atualização dos registros, bem como a verificação periódica das características técnicas de tais equipamentos em conformidade com a respectiva NR6;

8.47. A contratada também deve observar o atendimento à NR 18 e NR 33 nas situações em que se aplica.

9. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

9.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997.

9.2. O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

9.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

9.4. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

9.5. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços, devendo intervir para requerer à Contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

9.6. O fiscal técnico deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.7. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.8. A fiscalização técnica da execução dos serviços observará, no que couber, o Anexo VIII-A, IN SEGES/MP nº 05/2017;

9.9. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

10. DA SUBCONTRATAÇÃO

10.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

11.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

11.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

11.1.3. fraudar na execução do contrato;

11.1.4. comportar-se de modo inidôneo;

11.1.5. cometer fraude fiscal;

11.1.6. não manter a proposta.

11.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

11.2.1. advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

11.2.2. multa moratória de até 0,33% (trinta e três décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

11.2.2.1. em se tratando de inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), aplicar-se-á multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento), de modo que o atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração contratante a promover a rescisão do contrato;

11.2.2.2. as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

11.2.3. multa compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

11.2.3.1. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

11.2.4. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

11.2.5. impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

11.2.6. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

11.3. Também fica sujeita às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:

11.3.1. tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

11.3.2. tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

11.3.3. demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

11.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

11.5. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

11.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

11.7. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

Integram este Termo de Referência, para todos os fins e efeitos, os seguintes Encartes:

Universidade Federal da Fronteira Sul
Avenida Fernando Machado, Nº 108E, Centro,
Chapecó – Santa Catarina
Brasil – CEP 89802-112
www.uffs.edu.br
licitacoesuffs@gmail.com

- Encarte A - Modelo de declaração de isenção de apresentação de certificado ambiental;
- Encarte B – Modelo de Ordem de Serviço;
- Encarte C – Modelo de Termo de Vistoria;

Chapecó/SC, 30 de agosto de 2018.

Renato Tonello

Chefe do Departamento de Compras em exercício

Eu, **PÉRICLES LUIZ BRUSTOLIN**, Pró-Reitor de Administração e Infraestrutura/Ordenador de Despesas, **APROVO** o presente Termo de Referência que visa selecionar proposta mais vantajosa para a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de desinsetização, desratização, desalojamento de infestações e limpeza de caixas d'água /, conforme as especificações e dados constantes no Termo de Referência ora aprovado.

Chapecó/SC, 30 de agosto de 2018.

PÉRICLES LUIZ BRUSTOLIN

Pró-Reitor de Administração e Infraestrutura

Ordenador de Despesas



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Universidade Federal da Fronteira Sul

Avenida Fernando Machado, Nº 108E, Centro,

Chapecó – Santa Catarina

Brasil – CEP 89802-112

www.uffs.edu.br

licitacoesuffs@gmail.com

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
“Superintendência de Compras e Licitações”

ENCARTE “A”

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ISENÇÃO DE APRESENTAÇÃO DE CERTIFICADO AMBIENTAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 27/2018

A empresa, inscrita no CNPJ sob o nº, por intermédio de seu representante legal, o Sr. (a), portador da Carteira de Identidade nº e do CPF nº, declara sob as penas da lei, que está isenta de apresentar a certificação relativa a, exigida no Edital do **Pregão Eletrônico nº 27/2018** da Universidade Federal da Fronteira Sul, em razão de

....., de de 2018.

Nome e assinatura do representante legal e carimbo da empresa

Observação: Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Universidade Federal da Fronteira Sul
Avenida Fernando Machado, Nº 108E, Centro,
Chapecó – Santa Catarina
Brasil – CEP 89802-112
www.uffs.edu.br
licitacoesuffs@gmail.com

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
“Superintendência de Compras e Licitações”

ENCARTE “B”

MODELO DE ORDEM DE SERVIÇO
REF. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 27/2018

IDENTIFICAÇÃO DO PEDIDO	
Nº OS:	Unidade Requisitante:
Data de Emissão: / /	Serviço:
Contrato/Nota de Empenho nº:	Processo nº:
Objeto:	

IDENTIFICAÇÃO DA CONTRATADA	
Razão Social:	CNPJ:
Endereço:	
Telefone/Fax:	E-mail:

DEFINIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS					
Item	Serviço	Unidade de medi- da	Quantidade	Valor Unitá- rio R\$	Valor Global R\$
Total R\$					

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS	

DEMAIS DETALHAMENTOS

PRAZO DE EXECUÇÃO

Data de início:

Data do término:

RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros necessários ao pagamento desta Ordem de Serviço serão originários da classificação funcional programática abaixo especificada:

Unidade Orçamentária:

Função Programática:

Projeto de Atividade:

Elemento de Despesa:

Fonte de Recurso:

Saldo Orçamentário:

NOME DO FISCAL**Nº SIAPE****TELEFONE DE CONTATO**

(0XX) XXXX-XXXX

IDENTIFICAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS

Cidade/UF, _____ de _____ de 201X.

Nome do Responsável pela solicitação do Serviço

Departamento:

Siape nº:

Cidade/UF, _____ de _____ de 201X.

Nome do Fiscal

Siape nº:

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO****UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL****PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA****Universidade Federal da Fronteira Sul**

Avenida Fernando Machado, Nº 108E, Centro,

Chapecó - Santa Catarina

Brasil - CEP 89802-112

www.uffs.edu.brlicitacoesuffs@gmail.com

“Superintendência de Compras e Licitações”

ENCARTE “C”

MODELO DO TERMO DE VISTORIA
REF. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 27/2018

DECLARAÇÃO

_____(nome da pessoa física ou jurídica)_____, CPF/CNPJ nº_____, sediada _____ (endereço)_____, para os fins do **Pregão Eletrônico nº 27/2018**, **DECLARA** expressamente que vistoriou o imóvel situado na _____ em _____, objeto da **Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de desinsetização, desratização, desalojamento de infestações e limpeza de caixas d'água**, tomou ciência das condições e do grau de dificuldade existentes, não podendo assim, em hipótese alguma, alegar desconhecimento das peculiaridades porventura existentes, para efeitos de orçamento e elaboração das propostas.

Local, ____ de _____ de 2018.

(representante legal do licitante, no âmbito da licitação, com identificação completa)

Ou

Eu (Nome do representante/Vistoriador), declaro que conheço o local, objeto da **Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de desinsetização, desratização, desalojamento de infestações e limpeza de caixas d'água**, e tenho conhecimento de todas as informações necessárias para subsidiar a formulação da proposta apresentada.

Local, ____ de _____ de 2018.

(representante legal do licitante, no âmbito da licitação, com identificação completa)